

Cláudio Pereira Elmir
Marcos Antônio Witt
Oswaldo Truzzi
Organizadores

Imigração nas Américas

Estudos de história comparada



2018

tema a que nos dedicamos e são sempre bem-vindas. Como argumentou Stanfield II, “o melhor trabalho científico é o comparativo. Seja quando tentamos explicar algo sobre o mundo ou quando tentamos predizer tendências futuras, nossos argumentos são mais fortes quando trazemos à mesa evidências colhidas em mais de um único caso”⁵.

No campo dos estudos migratórios, por si só bastante fragmentado e no qual a primazia dos estudos monográficos reina quase absoluta, a presente coletânea pretende contribuir para mitigar tal viés e alargar nossa compreensão acerca dos fenômenos migratórios.

Cláudio Pereira Elmir
Marcos Antônio Witt
Oswaldo Truzzi

Comparada, conectada, mundial/global ou transnacional: a história da imigração entre tantos rótulos

Regina Weber
Glen S. Goodman

Entre tantas denominações, cada qual com acepções diferentes conforme os autores que lemos, com publicações cujo número se amplia com os novos dossiês publicados em revistas nacionais e estrangeiras, como captar significados estáveis de expressões como “comparada”, “conectada”, “mundial” ou “transnacional” que permitam, mais especificamente, balizar a interpretar a história da imigração através de seu potencial heurístico? E qual a relação entre essas expressões ou rótulos com as práticas exercidas nos estudos que se dizem integrar a uma escola ou outra? Na análise que segue, não será possível enquadrar todas as modalidades de prática historiográfica que digam respeito às noções acima, mas, ao reunir aportes sugestivos, espera-se organizar o debate com foco especial na temática das migrações. Esse exercício será levado adiante tendo em mente o alerta humorado de Patrick Bucheron (2015, p. 9): “Nada mais lisonjeiro para a corporação historiadora do que se entregar às delícias das sutilezas classificatórias: os historiadores continuarão ainda por muito tempo dissertando sobre as etiquetas, perguntando-se o que está mais para global ou para mundial, para conectado ou para comparado, subalterno ou pós-colonial”.

A história da imigração no âmbito da história comparada

A “história comparada”, como expressão ou campo de estudos, já acumulou títulos de publicações e está mesmo institucionalizada no Brasil. Em termos de institucionalização, podemos destacar o Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 2002¹, e a revista do mesmo PPGHC, a Revista de História Comparada, criada em julho de 2007, que veicula tanto estudos comparativos como discussões acadêmicas sobre o método.² Os eventos, tal como o Workshop Argentino-Brasileiro de História Comparada, cuja 4ª edição (2018) foi realizada na Universidade Federal de Mato Grosso, também corporificam práticas acadêmicas.³ Bem mais antiga é a revista internacional Comparative Studies in Society and History, fundada em 1958 e atualmente vinculada à University of Michigan (USA), que se propõe a ser um “fórum para novas pesquisas e interpretações relativas a problemas de padrões recorrentes e mudanças nas sociedades humanas através do tempo e no mundo contemporâneo”⁴. Nesses mesmos anos é criado na França, em 1960, o Centre de Recherches Comparées sur lês Sociétés Anciennes (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 10).⁵

⁵ Stanfield II, J. H. ‘Epistemological Considerations’ In J. H. Stanfield II and R. M. Dennis (Eds.), *Race and Ethnicity in Research Methods*. Newbury Park, London and New Delhi: Sage Publications, 1993, p. 25.

¹ Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC). Disponível em: <<http://www.ppghc.historia.ufrj.br>>. Acesso em: 1º mar. 2018.

² Revista de História Comparada. Disponível em: <<http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

³ IV Workshop Argentino-Brasileiro de História Comparada. Disponível em: <<http://ivwab2018.weebly.com>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

⁴ “[...] forum for new research and interpretation concerning problems of recurrent patterning and change in human societies through time and in the contemporary world” (tradução dos autores), *Comparative Studies in Society and History*. About CSSH, disponível em: <<http://cssh.lsa.umich.edu/about-cssh-2/>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

⁵ Na França, a “Société Jean Bodin pour l’histoire comparative des institutions” e respectiva revista são ainda mais antigas, de 1935 (SANTOS JR, SOCHACZEWSKI, 2017, p. 488).

Em 1967, portanto 50 anos atrás, Sewell Jr. abordou o método comparativo a partir das análises e pesquisas de Marc Bloch, e entendemos que seu artigo é um bom ponto de partida para rever algumas discussões de cunho teórico e metodológico. O argumento de Sewell é que, mesmo Bloch não tendo explicitado, nos seus estudos está subjacente a “lógica do teste da hipótese”: se o pesquisador elaborou a hipótese de que dado fenômeno ocorre em função de uma certa condição, ele pode observar outras sociedades onde essa condição está ou não presente e assim confirmar (ou não) sua hipótese (SEWELL, 1967, p. 81). Segundo Sewell Jr., são três os usos do método comparativo para Bloch: 1) modo de coleta sistemática de evidência para testar a validade de nossas explicações, 2) descobrir especificidades de diferentes sociedades e 3) formular problemas para a pesquisa histórica. Contudo não vamos encontrar em Bloch uma definição das unidades apropriadas de comparação. Sewell questiona o ceticismo de Bloch quanto à comparação de sociedades distanciadas no tempo e espaço, que o historiador francês estigmatizou como “método comparativo *in the grand manner*”, pois, segundo Sewell, a proximidade temporal e espacial não assegura similaridade, e algumas sociedades que estão distantes uma das outras são seguramente mais similares, pelo menos no modo que é crucial para alguns problemas explicativos, do que sociedades vizinhas (SEWELL, 1967, p. 87). Segundo o historiador americano, com uma visão acadêmica posicionada na década 1960, o método comparativo tem sido utilizado para fenômenos gerais, mas nada impede que ele seja usado para explicar problemas singulares.

No número inicial da Revista de História Comparada, Neyde Theml e Regina Bustamante (2007) publicaram um artigo, originalmente de 2003, que sintetiza discussões do grupo de docentes que viriam a formar o Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. As autoras situam o interesse de historiadores franceses em “aplicar o método comparativo aos estudos históricos, buscando superar uma concepção tradicional de História, que privilegiava a singularidade do factual de caráter político

co”, nas primeiras décadas do século XX (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 2), antes, portanto, da existência institucional dos Annales.⁶ Da sequência do artigo destacamos as análises das autoras sobre: 1) a visão durkheimiana de Bloch; 2) o livro conjunto de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli “Os métodos da História” de 1983, o qual anunciava um impulso em favor da história comparada; 3) a necessidade de afastamento de todo tipo de hierarquização de culturas e sociedades; 4) a ênfase metodológica no trabalho em equipe, amparada no *Modelo Detienne*⁷ como condição essencial à pesquisa comparada.

Em artigo do mesmo ano de 2007, Assunção Barros (2007, p. 145-146) pontua que o processo comparativo estava presente no século XVIII nas Cartas Persas (1722) de Montesquieu, onde o autor pratica um exercício de olhar exterior sobre o Ocidente, e nas Cartas Filosóficas (1733), nas quais Voltaire buscava caracterizar as diferenças entre a Inglaterra e a França de sua época. O Iluminismo desses anos seria responsável por impor uma comparação evolucionista calcada na concepção de uma sociedade civilizada que deveria servir como medida para todos os tempos e espaços (p. 147). A comparação, portanto, agora nas palavras de Koselleck, estaria na própria origem do mundo moderno:

Com o descobrimento do globo terrestre apareceram muitos graus distintos de civilização vivendo em um espaço contíguo, sendo ordenados diacronicamente por uma comparação sincrônica. [...] As comparações ordenaram a história do mundo, que passava a fazer parte da experiência, interpretada como um progresso para objetivos cada vez avançados. Um impulso constante para a comparação progressiva proveio da observação de que povos, estados, continentes, ciências, corporações ou classes estavam adiantados uns em relação aos outros, de modo que por fim – desde o século XVIII

⁶ Segundo Maria Verônica Secreto (2014, p. 84), François Simiand escreveu em 1903 um artigo no qual apresentava o método comparativo como um benefício para a historiografia, possibilitando a superação dos nacionalismos.

⁷ Referência a Marcel Detienne, um dos fundadores do Centre de Recherches Comparées sur les Sociétés Anciennes (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 10).

– pôde ser formulado o postulado da aceleração ou – por parte dos que haviam ficado para trás – o de alcançar ou ultrapassar (KOSELLECK, 2006, p. 284).

Romper com essa comparação que serviria de instrumento ao etnocentrismo do século XIX seria uma tarefa de historiadores antropólogos do século XX (BARROS, 2007, p. 152).

Antes disso, ainda no século XIX, a circulação de informações permitiu comparações que alimentavam iniciativas públicas. No âmbito da imigração, os Estados Unidos, a Austrália e o Canadá eram termos de comparação para a Argentina e o Brasil: “No século XIX a comparação em matéria de imigração, colonização e legislação que se vinculava a elas deveu-se a que as nações se pensaram como concorrentes pelo mesmo recurso, a mão de obra” (SECRETO, 2014, p. 87).

E o tema da imigração, como comparece na produção acadêmica contemporânea que se propõe “comparada”? Nas vinte edições da Revista de História Comparada, entre 2007 e 2016, pelo menos dois artigos sobre imigração foram publicados na revista⁸; e também dois artigos cujo tema é migração estão entre as seis edições (2016-2018) da Comparative Studies in Society and History.⁹ Sem pretensão de avançar no cotejamento numérico, podemos afirmar que, em qualquer dos casos, e considerando a profusão de temas passíveis de análise comparativa, a imigração está representada por uma produção que é bastante recente. Há uma diferença de enfoque entre os artigos publicados lá e cá, relacionada com o perfil mais marcadamente “histórico” da revista

⁸ Revista de História Comparada, Edições Anteriores, disponível em: <<http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2018. Há outros dois artigos que tratam de representações étnicas e que, de alguma forma, se relacionam com o tema da imigração: o artigo que analisa a visão de imigrantes confederados sobre a escravidão no Brasil oitocentista (v. 9, n. 1, 2015) e o que comenta a visão de um historiador local sobre índios e brancos no processo colonizador de uma cidade do sul de Santa Catarina (v. 9, n. 1, 2015).

⁹ Comparative Studies in Society and History, Issues, disponível em: <<http://cssh.lsa.umich.edu/category/issues/>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

brasileira, enquanto a revista americana tem um espectro mais interdisciplinar. Os artigos publicados na revista brasileira tratam ambos de imigração italiana, mais especificamente de núcleos locais e antigos de imigração italiana. Por sua vez, o foco dos artigos da *Comparative Studies* é a imigração na Europa. As autoras Eliane Mimesse e Elaine Maschio (2008) comparam dois núcleos coloniais instalados na década de 1870, um no Paraná e outro em São Paulo, ambos com imigrantes italianos da região do Vêneto, os quais seguem trajetórias diferentes, influenciados principalmente pela política imigrantista adotada por cada província. O artigo de Maysa Gomes e Terciane Luchese (2016) comparou a escolarização de crianças filhas de imigrantes em escolas étnicas italianas nas cidades de Caxias do Sul (RS) e Juiz de Fora (MG). Partindo das diferenças entre os dois núcleos de imigrantes – Caxias caracterizada por uma colonização densa direcionada para a agricultura e Juiz de Fora marcada pela presença italiana, não predominante, em atividades urbanas –, as autoras mostram que em ambas as cidades os imigrantes italianos desenvolveram práticas étnicas, entre essas a criação de escolas, que acabaram perdendo expressão diante da implantação das escolas elementares financiadas pelo poder público (GOMES, LUCHESE, 2016, p. 123, 141).

No artigo de Mikaela Rogozen-Soltar (2016), os agentes da comparação são, sobretudo, os andaluzes retornados de migrações de trabalho, os quais comparam sua experiência migratória com a dos novos migrantes, reivindicando um lugar mais central para a Andaluzia na Europa, a partir de seu passado migrante não europeu conjugado à sua reivindicação de pertencimento europeu no presente. O artigo de Pamela Ballinger (2018) trata de uma migração muito específica: a do retorno para a Itália dos cidadãos italianos que estavam na Albânia após o fim do Império fascista italiano. Como essa migração de retorno não foi imediata – e aqui a autora questiona a visão que apresenta a descolonização italiana como rápida e não traumática –, Ballinger demonstra o prolongado processo de repatriação imperial e suas consequências para os indivíduos envolvidos, percorrendo cinco déca-

das de história. Entre o início da ocupação imperial em 1939 e a repatriação dos “remanescentes” na década de 1990 existem diferentes situações diacrônicas passíveis de análise, e, para evitar linearidades, a autora emprega a “critical theories of gaps”.

E as revistas de imigração, como acolhem a “história comparada”? A *Estudos migratórios* (1995-2003) e sua sucedânea *Estudos migratórios revista galega de análise das migracións* (2008-2011)¹⁰, em seus vinte e três exemplares disponíveis em formato digital, apresentam três títulos com menção explícita à comparação. Um desses artigos é do reconhecido pesquisador da imigração ibérica, Xosé M. Núñez Seixas (2001), que, em estudo da emigração transoceânica de retorno, propõe-se a realizar “algumas observaciones teóricas en perspectiva comparada”. Após percorrer a literatura histórica e sociológica existente sobre a emigração de retorno, Núñez Seixas (2001, p. 25, 27) assinala o que há de recorrente nas pesquisas acerca do impacto da emigração de retorno sobre a sociedade de origem e, a partir de suas próprias pesquisas, propõe que se observe o ativo papel político e social que as comunidades organizadas de emigrados nas sociedades de destino desempenharam sobre o país de origem, influenciando, como coletivos, as ações dos retornados.¹¹ O historiador galego não teoriza, nesse artigo, sobre o método comparativo, porém alerta sobre a falta de perspectivas comparativas com relação aos modelos existentes e incita os pesquisadores a propor novos modelos ou tipologias (NÚÑEZ SEIXAS, 2001, p. 51) nesse campo específico dos estudos migratórios.

É preciso observar que a prática do estudo comparativo pode estar presente mesmo sem a explicitação do termo em destaque, como é o caso do artigo “As migracións italianas e españolas a

¹⁰ Revistas editadas pelo Arquivo da Emigración Galega. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=19675>>. Acesso em: 04 mar. 2018, e <<http://consellodacultura.gal/mediateca/documento.php?id=1575>>. Acesso em: 10 mar. 2018. “Galego” ou “galega” refere-se à região da Galícia espanhola.

¹¹ Trata-se, então, de “comunidades transnacionais” (ver adiante).

Arxentina no marco das migracións europeas transatlánticas” de Fernando Devoto (2008). Esse artigo está no número que inaugura a nova versão da Estudos Migratórios com o dossiê “Gallegos e tanos. Xornadas sobre migracións italianas e españolas a Arxentina (1830-1930)”, e seu organizador, Vázquez González (2008, p. 7), situa o trabalho de Devoto como uma história comparada no âmbito das grandes migrações originárias da Espanha e Itália, cuja contribuição é assinalar a “diversidade dos factores causais que contribúen a explicar os múltiples fluxos rexionais e como aqueles poden mudar no seu longo percorrido histórico”.

A história comparada comparece com maiúsculas no livro conjunto de Fernando Devoto e Boris Fausto “Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)” (FAUSTO, DEVOTO, 2004). O livro não é específico sobre imigração, porém o tema, por sua significação história em ambos os países e pelo fato dos autores serem grandes estudiosos do fenômeno migratório, não poderia faltar. De modo semelhante, na coletânea que propõe “subsídios para uma história comparada da América Latina” (HEINZ, 2009), um dos doze artigos é sobre imigração, mais especificamente sobre a assistência oficial a galegos na Argentina. Essas duas obras, uma de espectro macro e outra de foco mais local, sugerem a pergunta acerca do que se compara e como se compara nesses estudos de migração. A comparação em espectro amplo pode encobrir diferenças regionais. Por exemplo, Fausto e Devoto (2004, p. 181) afirmam que as sociedades de socorros mútuos de base étnica seriam mais significativas na Argentina do que no Brasil; contudo alguns estudos mostram a importância dessas entidades no Rio Grande do Sul (SILVA, 1999), que só declinou com a criação dos mecanismos de previdência oficial no Brasil nos anos quarenta.

Uma abordagem específica da relação entre método comparativo e estudos migratórios encontramos em artigo do sociólogo Oswaldo Truzzi. Após resgatar a estreita vinculação da Sociologia com o procedimento comparativo e refutar uma velha distinção entre uma História que particulariza os fenômenos es-

tudados e uma Sociologia que busca leis gerais aplicáveis a determinadas categorias de fenômenos, posicionando-se em benefício de uma sociologia histórica, Truzzi (2005, p. 131, 135, 140) reconhece que haveria maior resistência por parte dos historiadores com relação à pesquisa comparativa, ainda que em determinados estudos exista uma comparação oculta. O autor (p. 143) situa a obra de Fábio Bertonha, da década de 1990, que analisou o fascismo e o antifascismo italianos no Brasil, Uruguai e Argentina, como uma das primeiras no Brasil a adotar uma perspectiva comparada no terreno da historiografia da imigração.

Os estudos migratórios podem beneficiar-se do aporte comparativo, primeiro porque tal enfoque descortina os aspectos comuns da experiência migratória, os quais transcendem as diferenças étnicas, e segundo porque evita o nacionalismo inerente a uma historiografia construída sobre uma base nacional (TRUZZI, 2005, p. 144). Para responder à questão “como podem ser construídas as comparações no campo dos estudos migratórios”, Truzzi (p. 145) resgata os modelos de comparação pensados por Nancy Green desde a década de 1990 para a história da imigração:

[...] *linear*, em que um foco talvez mais minucioso de investigação procurará considerar a história do grupo antes e depois da experiência migratória; *convergente*, em que a ênfase recai sobre padrões de mobilidade econômica e social entre diferentes grupos étnicos que se dirigiram a um mesmo país; *divergente*, em que se procura avaliar as diferentes trajetórias seguidas por um mesmo grupo étnico em países distintos.

Truzzi (2005, p. 153) conclui seu artigo argumentando que a abordagem comparativa pode “atenuar os perigos da subteorização presentes nas pesquisas de caráter eminentemente descritivo, tão abundantes nessa área”.

Um exemplo do possível aporte analítico do modelo comparativo nos estudos migratórios é a obra clássica do norte-americano Samuel Bailey: *Immigrants in the Land of Promise: Italians in Buenos Aires and New York, 1870-1914*. No livro, Bailey estuda as trajetórias migratórias nos modelos linear (antes e depois do processo migratório), convergente (dos imigrantes em seu contexto

econômico-social mais amplo) e divergente (dos imigrantes em duas cidades diferentes), desnaturalizando a categoria “nacional” tanto em referência aos italianos como grupo migratório quanto aos espaços urbanos que ele analisa (BAILEY, 1999). Esse olhar comparativa permite, como Truzzi cogita, revelar quais dos “ajustes” (*adjustments*) estratégicos desdobrados pelos imigrantes correspondem a tendências compartilhadas entre italianos, entre imigrantes num contexto específico ou até entre imigrantes de modo global. Embora Bailey conceba esses ajustes principalmente como estratégias socioeconômicas, a intervenção metodológica pode-se aplicar igualmente para abordagens culturais. O resultado é uma contribuição de grande porte não só para os estudiosos da migração – tanto a italiana em particular quanto migração como fenômeno geral –, mas também para quem quer entender melhor os contextos socioeconômicos dos principais centros imigratórios das Américas (Buenos Aires e Nova York) na virada do século XX.

Não obstante, cabe mencionar aqui as limitações e dificuldades desse tipo de trabalho comparativo, especialmente em contextos geograficamente muito remotos um em relação ao outro. O próprio Bailey admite que essa abordagem implica uma tarefa rigorosíssima para os historiadores, pois comparações baseadas meramente em leitura historiográfica não resultam suficientes. Pesquisadores “têm que, com efeito, escrever dois livros históricos ou mais, dependendo do número de casos que querem investigar, para depois combiná-los em uma obra integra unificada” (BAILEY, 1999, p. 15). Familiarização com as diferentes tradições historiográficas nacionais e pesquisa de arquivo em vários lugares – com suas implicações linguísticas, temporais e orçamentárias – representam um investimento além do possível para muitos pesquisadores. Essas dificuldades podem ser responsabilizadas pela escassez de trabalhos verdadeiramente comparativas (no sentido de Sewell Jr.) dentro dos estudos migratórios, particularmente com relação às migrações transoceânicas, mas não invalidam as contribuições possibilitadas pelo método comparativo.

Migrações e histórias conectadas

Sewell Jr. enfatizou os aspectos epistemológicos do método comparativo, indicando que, como método, ele se aplica tanto a fenômenos gerais quanto a problemas singulares; Theml, Bustamante e Barros delinearão alguns méritos (fazer história para além do factual e singular) e também apontaram o que se deve evitar em uma história comparada (o etnocentrismo, a hierarquização de culturas). Esses autores comentados, obviamente, trazem uma pequena amostra das discussões em curso ao longo de décadas no campo das ciências humanas. Ao retomar algumas das críticas mais agudas às comparações históricas, as relativas ao etnocentrismo, podemos melhor compreender a adesão – especialmente na historiografia francesa – de abordagens relacionais, em particular a chamada “história conectada”.

Embora o primeiro uso do conceito de “histórias conectadas” apareça no manual norte-americano de 1989, *The Making of the Modern World: Connected Histories, Divergent Paths: 1500 to the Present*, um livro que representa uma das primeiras tentativas de trabalhar a história de forma “mundial” (ver abaixo), os autores não teorizaram a ideia de “histórias conectadas” como uma categoria heurística. A primeira teorização nos oferece Sanjay Subrahmanyam em seu artigo “Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia”. Nesse texto fundador, Subrahmanyam (1997, p. 744-5) manifestou ceticismo metodológico com relação aos exercícios comparativos e propôs uma alternativa mais ampla nomeada “histórias conectadas” como oposta a “histórias comparadas.” Para tanto, Subrahmanyam sugere abandonar a perspectiva de Marx e Rostow, para quem a única questão importante era quem teve sucessos e quem falhou na longa estrada para o moderno capitalismo industrial.

Para o historiador indiano, estudos comparatistas acabam não percebendo as relações que existem entre fenômenos micros/locais e os processos macros/suprarregionais. Também correm o risco de reificar ou naturalizar unidades usadas pela metodologia comparativa – estado, região, etnia, grupo econômico, etc. – quan-

do, caso olhar às margens dessas categorias, as conexões e similitudes “desconfortáveis” são inegáveis (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 758). Ao mesmo tempo, Subrahmanyam também critica o instinto de “colegas pós-modernos” romperem com as “grandes narrativas” ocidentais, substituindo-as por abordagens fragmentadas e cada vez mais isoladas. Para ele, o mais importante é preservar o fio que junta processos locais com processos globais e vice-versa.¹²

No artigo, Subrahmanyam desenvolve sua intervenção explorando o exemplo do milenarismo no século XVI, analisado até então como um ponto de inflexão histórica dentro de certas “caixas” civilizacionais. Primeiro, por ignorarem que várias noções milenaristas circulavam na época em territórios geograficamente muito distantes, tanto no chamado “orientes” como no “ocidente,” os estudos caíram em argumentos excepcionalistas, perdendo a natureza global do milenarismo. Segundo, e mais importante, mesmo os estudos que pretendem *comparar* o milenarismo em vários contextos – como é caso do historiador do império otomano Cornell Fleischer, que estuda o milenarismo em diferentes contextos mediterrânicos –, a metodologia comparativa perde a natureza fundamentalmente *conectada* desses fenômenos. Subrahmanyam mostra que a circulação de ideias, bens e pessoas (missioneiros, diplomatas, comerciantes) torna ingênuo qualquer estudo que tenta contar a história do milenarismo de forma hermetica, por “dentro de nossas caixas”, inclusive a história comparada ao estilo Sewell Jr (761). Por sua vez, histórias conectadas prometem revelar a fragilidade e até a incoerência de certas categorias geográficas ou civilizacionais de análise.

Ancorada em suas leituras de Serge Gruzinski, outro referencial da história conectada, Maria Ligia Prado (2012, p. 17)

¹² Embora compartilhando a tentativa de questionar a natureza de categorias e hierarquias implícitas na história comparada tradicional, “Historias conectadas” se diferenciam da *histoire croisée* desenvolvida por Werner, Zimmerman e outros por se interessar mais na revelação de realidades ocultas e não em questionar a noção de realidade histórica em si. Veja-se Werner (2006).

postula que a escrita da história da América Latina deve optar pelas histórias conectadas em detrimento da história comparada, impregnada de visões dualistas, enquanto aquelas são múltiplas e se comunicam entre si. Visão menos polarizada entre as duas formas de história, comparada e conectada, encontramos em Maria Verónica Secreto (2014, p. 96), para quem a historiografia das conexões se vincula à busca da simetria entre povos e história, sendo a história conectada, em sua opinião, uma “história comparada recíproca”.

Referindo-se ao texto de Subrahmanyam de 1997, Secreto (2014, p. 85) considera que “a proposta de uma historiografia que buscasse as ‘conexões’ nos processos históricos em espaços e/ou tempos amplos foi bem acolhida tanto por uma historiografia em diálogo com a antropologia, como pela história política e a chamada história das ‘elites’, entre outras”. Em seu artigo, Maria Verónica analisou o pensamento agrário e imigrantista da Argentina e do Brasil no século XIX através de textos de dois intelectuais desses países (TAVARES BASTOS; AVELLANEDA), os quais refletem sobre a situação de seu país, cotejando com Estados Unidos, Austrália, Canadá, Brasil e Argentina reciprocamente e também Argélia: “O que queremos salientar é que esses intelectuais buscaram parâmetros de comparação, achando no caso argelino argumentos que permitissem consolidar as políticas imigratórias na medida em que se solidificava o modelo de propriedade privada” (SECRETO, 2014, p. 91). A circulação de informações e a influência que intelectuais franceses, nesse caso os que escreviam no *Journal des Economistes*, exerciam sobre leitores sul-americanos justificam essas conexões.

Tomando como parâmetro esse estudo de Verónica Secreto, muitas pesquisas realizadas no âmbito da história da imigração podem ser enquadradas como “conectadas”. O livro de Jerry Mazurek, “A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)”, publicado na Polônia em 2006 e recentemente traduzido para o português, tem um enfoque original ao analisar a visão dos líderes populares sobre o processo emigratório da Polônia para

a América. Mesmo não descrevendo seu estudo como uma modalidade de história “conectada”, são recorrentes as conexões transnacionais reveladas pela narrativa de Mazurek. Karol Lewakowski, chamado de Carlos na citação abaixo, foi o presidente da primeira gestão do Partido Popular, eleita em 1895 na Galícia, região sob domínio austríaco; o programa do partido dava atenção à questão da imigração (MAZUREK, 2016, p. 182), e os imigrantes estavam mobilizados pela independência da Polônia:

A solicitude que os líderes populares demonstravam frente aos emigrantes da Galícia tinha também a sua repercussão entre eles no Brasil. Em exemplo disso pode ser o fato de que na cidade de Porto União da Vitória (estado do Paraná), no início de 1897, foi fundada a Sociedade Cavaleiro Carlos Lewakowski. Numa declaração da diretoria da Sociedade lemos: “Escolhemos o nome “Cavaleiro” para assinalar a união da Polônia com a Lituânia¹³ e demos à Sociedade o nome do Dr. Carlos Lewakowski para assinalar a nossa viva simpatia com o movimento popular. Consideramos esse movimento, tanto na velha Polônia de todas as zonas de ocupação quanto na América, como a mais segura alavanca para a reconstrução da Polônia e para que ela conquiste uma posição independente na América (MAZUREK, 2016, p. 226).

Apesar do termo “histórias conectadas” não ser utilizado frequentemente entre os estudiosos da imigração, várias obras e abordagens dentro dos estudos migratórios compartilham o olhar de Subrahmanyam, Secreto e outros. Um exemplo encontra-se na proposta feita por Jeffrey Lesser e Raanan Rein no seu ensaio “Challenging Particularity: Jews as a Lens on Latin American Ethnicity” (“Desafiando a Particularidade: Os Judeus como Abordagem à etnia na América Latina”, LESSER; REIN, 2006). Numa tentativa de propor uma renovação dos estudos étnicos relacionados à migração, Lesser e Rein criticam as metodologias dominan-

¹³ A União Polaco-Lituana iniciou no século XVI e persistiu até o processo de partilha do país pelas potências vizinhas, Prússia, Rússia e Áustria, no final do século XVIII. A recuperação da autonomia da Polônia só se deu no final da II Guerra Mundial.

tes que concebem a nacionalidade ou etnia “original” de imigrantes como estável ou homogênea através do espaço e no tempo. Nessa categoria dominante entendem-se estudos de um grupo étnico-nacional dentro de um contexto geográfico específico e também os estudos comparativos como o de Samuel Bailey, mencionado acima. De acordo com Lesser e Rein, essas abordagens tradicionais são, por sua natureza, excepcionalistas: tendem a reproduzir sem suficiente reflexão crítica ambos os tipos de discursos, os produzidos dentro das comunidades étnicas e os discursos dominantes dentro da sociedade mais ampla. Mais grave, esses estudos concebem a identidade étnica “como um fenômeno não-nacional e membros de um grupo étnico como ou separados ou vítimas da cultura nacional” (LESSER; REIN, 2006, p. 255).

A solução proposta por Lesser e Rein ecoa a chamada de Subrahmanyam para o historiador sair das caixas já “naturalizadas” nas histórias dominantes. Em vez de enfatizar a unidade étnica, Lesser e Rein procuram enfatizar as conexões entre diferentes grupos étnicos dentro de um contexto local, regional e/ou nacional. Para eles, a condição de ser imigrante ou “étnico” num certo contexto pode ser mais importante nas experiências dos sujeitos históricos e na construção de suas identidades do que quaisquer qualidades “inerentes” associadas com um grupo imigratório ou outro. À diferença com um enfoque transnacional (ver abaixo), Lesser e Rein reforçam a importância da nação nessa análise, pois as histórias migratórias, étnicas e nacionais são irredutivelmente conectadas.

O enfoque transnacional e os estudos das migrações internacionais

Antes de abordar a proposta “transnacional”, é importante mencionar dois outros termos correlatos, que qualificam e classificam campos historiográficos: a história global e a história-mundo (*world history*). Reagindo à profusão de termos para designar propostas de pesquisa histórica que se propõem inovadoras, exis-

tem vários artigos que buscam distinguir esses campos historiográficos; contudo não se pode dizer que se tenha logrado um consenso. A tendência quase irresistível de confundir esses conceitos mostra-se na definição de história-mundo proferida por Patrick Manning, um dos teóricos mais importantes dessa vertente: “a história de conexões dentro da comunidade humana global” (MANNING, 2003, p. 3). Embora sejam abordagens parecidas, cabe ressaltar tentativas de teorização que distinguem entre “global” e “mundo”.

Ancorado nas discussões historiográficas alemãs, Peer Schmidt (2007) sistematiza movimentos que conduziram a história “universal” para a história “mundial”. Após analisar a superação de alguns modelos (como o modelo etapista, vinculado às teorias da modernização), Schmidt resume o quadro que se esboça a partir da década de 1970:

Ao lado das perspectivas de pesquisa que continuam válidas – como a história das inter-relações ou da “transferência cultural”, que, naturalmente, sempre foram pensadas a partir da Europa, e ainda da comparação histórica – apareceram três perspectivas histórico-universais inovadoras. Todas elas dão destaque a aspectos derivados do espaço e da cultura: história regional-mundial; história de grandes espaços transnacionais e a nova história mundial, que abandona a história universal eurocêntrica (SCHMIDT, 2007, p. 183).

Essas três inovadoras abordagens dialogam com o tema do pós-colonialismo, ainda que de um modo não incontroverso (p. 190). A história de corte *regional-mundial* tem uma de suas origens nos centros de pesquisa criados nos Estados Unidos após 1945, com participação de pesquisadores e pesquisadoras latino-americanos, africanos e asiáticos. Deslocando o interesse da história econômica e social para uma historiografia de corte cultural, a história regional-mundial dá visibilidade à multipolaridade do mundo (SCHMIDT, 2007, p. 184-5). Por sua vez, é a historiografia sobre *grandes espaços transnacionais* que destaca a colonização, os movimentos migratórios, a troca de mercadorias e a transferência cultural como redes pelo mundo, as quais são analisadas por meio de

“abordagens transnacionais que não se referem apenas a Estados individuais, mas também a desenvolvimentos históricos que transcendem continentes” (SCHMIDT, 2007, p. 186). O autor situa a “história atlântica”, a “black atlantic” e mesmo o “sistema mundial” de Wallerstein como exemplos de espaços internacionais.

A *história mundial* de novo tipo é um desenvolvimento das duas abordagens anteriores e é de difícil distinção com relação à “história global”. Segundo Schmidt (2007, p. 187), essa “pretende designar um tipo de história da exploração do espaço e do crescente envolvimento numa rede das regiões mundiais”, enquanto a história mundial “concentra-se mais na história das civilizações numa associação mundial”. As migrações, “com suas consequências para as respectivas culturas”, estão entre as pesquisas dessa história mundial (p. 189).

Em recente artigo, João Júlio G. dos Santos Jr. e Monique Sochaczewski (2017, p. 487-488) afirmam que, em comum, as novas tendências historiográficas ensejam esforços “no sentido de evitar o nacionalismo metodológico e também de escapar ao eurocentrismo/ocidentalismo”. Entre essas tendências, a história global (*Global History*) e a história mundial (*World History*) apresentam um expressivo grau de institucionalização, caracterizado pela formação de associações e publicações de periódicos em anos recentes, em que pese haver registros desde a década de 1980. Por exemplo a revista *Journal of World History* é fundada pela *World History Association* (Associação de História Mundial) já em 1990. Na mesma época nos Estados Unidos, tanto nos currículos de ensino médio como na formação de professores, passou-se a adotar o conceito de *história mundial* como tentativa de responder a novas realidades domésticas (imigração) e internacionais (fim da guerra fria, globalização), decentralizando o “ocidente” como lógica orientadora (MANNING, 2003, p. 79-82). Em consequência, como Patrick Bucheron (2015, p. 14) afirma, “a *World History* se tornou, no mundo universitário anglo-americano (mas também na Índia, na China e no Japão), uma das correntes historiográficas mais solidamente estabelecidas”.

Ao analisar iniciativas brasileiras, Santos Jr. e Sochaczewski (2017, p. 497, 491) justificam o “atraso historiográfico” com relação à história global pela “excessiva fragmentação analítica da história social”, contudo, se a perspectiva dos historiadores globais deve ser ampla, em termos espaciais e cronológicos, “a fim de obter melhor compreensão do funcionamento dos grandes padrões na história humana”, pode-se indagar quais pesquisadores estão preparados para a empreitada da história global.

O historiador alemão Dirk Hoerder mostra claramente as possibilidades da história global aplicada aos estudos migratórios em sua obra *Cultures in Contact: World Migrations in the Second Millennium*. Num livro de mais de 800 páginas, Hoerder propõe acompanhar o movimento de pessoas e grupos para traçar mudanças sociais e econômicas estruturais globais ao longo de mil anos da história humana. Ele parte da premissa de que, embora apresentado tradicionalmente pela historiografia como exceções, as migrações são a regra nas sociedades humanas. Assim Hoerder evita cair nas armadilhas nacionalistas ou eurocêntricas, mostrando as conjunturas locais, regionais e globais que causaram e resultaram das migrações humanas. Sua abordagem mundial e do *longue durée* revela claramente as interconexões geográficas e culturais que sempre estiveram presentes na migração como fenômeno. Isso nos leva, então, à pergunta: qual a diferença entre história global e “histórias conectadas” dentro da sua aplicação aos estudos migratórios?

Quando argumenta que a *Global History* e as *Connected Histories* têm muito pouco em comum do ponto de vista metodológico ou epistemológico, Bucheron (2015, p. 8) as distingue: “a primeira costuma propor uma grande narrativa, de longa duração e cobrindo vastos espaços, sobre fenômenos muito gerais, agenciando informações heterogêneas, ao passo que as “histórias conectadas” repousam na exploração intensiva de recursos arquivísticos locais para abordar de perto as interações sociais”. Por sua vez, a “global history” é tomada praticamente como sinônimo de world history (BUCHERON, 2015, p. 15), em cuja pauta está o estudo dos migrantes e refugiados políticos.

Quanto à história transnacional, resumindo diferentes leituras, Maria Lígia Prado (2012, p. 19) afirma que, não estando vinculada a nenhuma metodologia específica, esse gênero de história enfatiza as redes, os processos, as crenças e as instituições com foco nos movimentos e circulações entre lugares e regiões, sempre transcendendo o espaço nacional. Entre os temas estão as diásporas sociais ou políticas, as migrações, os movimentos de pessoas e mercadorias através das fronteiras nacionais. Essa modalidade histórica também está associada a um descentramento com relação à Europa e aos Estados Unidos, sendo africanos, asiáticos e latino-americanos os seus principais autores.

Uma das primeiras tentativas de aplicar metodologias transnacionais – que vinham crescendo dentro das ciências sociais desde os anos 90 – aos estudos migratórios de forma sistemática se encontra nos artigos do dossiê do ano 2003 da *The International Migration Review*, dedicado aos estudos transnacionais da migração. No dossiê, os autores teorizam o rótulo “transnacional” para representar uma metodologia que tenta revelar os aspectos das migrações que ocorrem além (ou apesar) das fronteiras geográficas e identitárias nacionais. Tal abordagem transnacional promete sair do “nacionalismo metodológico” que privilegia o estado-nação como unidade e escala para pesquisas, naturalizando-o de maneira que nega sua própria historicidade e ignora os fenômenos que por natureza não cabem dentro da caixa estado-nação (WIMMER, 2003).

Para certos autores, o termo também se refere a um fenômeno migratório novo, distinto das migrações “clássicas” pelo contato intenso mantido entre migrantes e seus países e culturas de origem, possibilitado pelas tecnologias de comunicação e transporte modernas. Essas diferenças são agravadas pelas mudanças econômicas nas últimas três décadas nos países de imigração, onde se vê uma demanda para trabalho pós-industrial (serviços, etc.) e não necessariamente mão de obra. Nessa tese, as migrações transnacionais não correspondem às narrativas tradicionais de adaptação e assimilação, que na sua essência reproduzem a noção de fronteiras fixas das nações.

Na sua introdução ao dossiê, Peggy Levitt, Josh Dewind e Steven Vertovec (2003) ressaltam várias contribuições proferidas aos estudos migratórios pelas abordagens transnacionais. Os autores constatarem que o olhar transnacional mostra que migrantes transitam em “campos sociais” (*social fields*) de várias camadas diferenciadas, desde o local até o transnacional, desde o pessoal até o comunitário. Para entender melhor a experiência migratória, o pesquisador deve apreciar e valorizar essas várias conexões ao invés de isolar um ou outro aspecto, pois certos campos sociais vão ser espaços transnacionais enquanto outros não. Elementos como religião, que organizam a vida de migrantes, podem ser importantes vetores para a manutenção de vínculos com o contexto pré-migratório, assim como vínculos com membros de outras comunidades “diaspóricas” no mundo.

Todavia os autores destacam certas continuidades (para eles até surpreendentes) com estudos migratórios mais tradicionais. Primeiro, apesar das vantagens proferidas por uma perspectiva transnacional, o Estado (ou, melhor, os Estados) não podem sair da vista do historiador. Eles ainda jogam um papel importantíssimo nos processos migratórios, determinando vários aspectos do fenômeno em geral, e a perspectiva transnacional só deve acrescentar e não substituir na análise. Também ressaltam que os laços transnacionais não são necessariamente uma novidade, pois fenômenos como migração de retorno, comunicação com parentes, etc. já ocorriam. O que as tecnologias de comunicação e transporte possibilitam são relações mais dinâmicas e duradouras entre os migrantes e seus lugares de origem, seja cultural, política ou economicamente. Finalmente, observam que as práticas transnacionais e o processo de incorporação no país de imigração não são incompatíveis – as migrações transnacionais tendem a ser uma mistura das duas, dependendo do contexto.

Bárbara Weinstein (2013, p. 13) situa a emergência da história transnacional na produção inovadora dos anos 1990, marcada por uma abordagem que atravessava fronteiras: “A proposta não é a de negar a importância da nação, mas a de questionar a

noção teleológica da nação como o descobrimento inevitável da história e da modernidade”. A autora destaca duas obras, ambas de 1998, como significativas da projeção da abordagem transnacional. Uma delas é de autoria de duas cientistas políticas norte-americanas que examinaram movimentos para proteger o meio ambiente e os direitos humanos e, “historicizando esses movimentos, elas conseguiram desvendar uma longa história de intercâmbio e colaboração entre movimentos sociais anteriormente tidos como limitados a um único contexto nacional” (WEINSTEIN, 2013, p. 16). O outro livro é uma coletânea com artigos de autores de vários países americanos, que, mesmo que não se apresente como “transnacional”, Bárbara Weinstein (2013, p. 17) classifica-a como “um guia para renovar a história das relações interamericanas pelo viés transnacional”, propondo “mudar o nosso enfoque e a nossa atenção da esfera estreitamente política/diplomática/econômica para a esfera cultural, privilegiando as influências e os intercâmbios cotidianos”. Weinstein (2013, p. 18-19) associa a ascensão do viés transnacional ao declínio das abordagens comparativas, que foram alvo de críticas por estar ancoradas em fronteiras nacionais homogeneizadas; por sua vez, “a abordagem transnacional, justamente por mostrar a alta permeabilidade das fronteiras (nacionais, regionais etc.) e a intensa circulação de corpos, ideias e objetos de consumo, questiona a viabilidade da comparação, especialmente entre nações”.

Para destacar elementos inovadores do viés transnacional, Weinstein lança mão da história da imigração, que, por sua própria natureza, teria uma abordagem transnacional. Entretanto, na sua opinião, “a velha historiografia da imigração, da Argentina, do Brasil, dos Estados Unidos, foi escrita especificamente para incorporar o imigrante na narrativa nacional”:

Diferente disso, a ótica transnacional entende a imigração no sentido de um circuito em que existem muitas redes de contato, compromisso, intercâmbio e várias formas de movimento e identidade. Imigração, desse ponto de vista, não é uma história composta simplesmente de um ponto de origem, a trans-

ferência geográfica, e a chegada à terra nova. E isso se aplica não apenas às imigrações no mundo de hoje, que são nitidamente multidirecionais, mas também às ondas migratórias do século XIX e início do século XX (WEINSTEIN, 2013, p. 20).

Podemos concordar com Barbara Weinstein que várias obras sobre imigrantes, como aquelas cujo objetivo explícito é demonstrar as contribuições de determinado grupo imigrante para o país ou região de acolhida ou as que dimensionam os caminhos da aculturação, possam ser vistas como preocupadas em “incorporar o imigrante na narrativa nacional”. Entretanto, há muito tempo, na produção acadêmica pelo menos, é incomum “uma história composta simplesmente de um ponto de origem, a transferência geográfica, e a chegada à terra nova”. Weinstein brande uma etiqueta, a “velha historiografia da imigração”, mas ignora que há uma numerosa produção sobre a imigração que, mesmo não chamando a si o rótulo “transnacional”, está acostumada a operar com redes, intercâmbios, movimentos e, obviamente, identidade.¹⁴ A obra da antropóloga Giralda Seyferth (1981), que influenciou várias gerações de historiadores, já no início dos anos 1980 relacionava complexos fatores, econômicos e sociais, sejam de origens europeias, sejam manifestações culturais de imigrantes e seus descendentes, como os movimentos da política brasileira, para expor as origens e os modos de operação da *Deutschbrasilianertum*, a ideologia étnica teuto-brasileira.

Tomamos uma tese sobre imigrantes publicada em meados dos anos 1980, antes, portanto, da emergência da ótica “transnacional”, e vemos que a autora Zuleika Alvim (1986, p. 12) demonstra que os imigrantes com frequência não corresponderam à expectativa dos fazendeiros de que o contrato por unidades familiares evitaria o abandono do trabalho. A reação às duras condi-

¹⁴ Peer Schmidt (2007, p. 191) faz uma crítica semelhante aos pós-colonialistas, que “no afã de transformar a Europa numa região mundial entre outras – ou de ‘provincializar a Europa’” ignoram a “tradição historiográfica de história regional-mundial, que trabalhava com este tema de forma menos comprometida”.

ções de vida a que estavam submetidos era um dos motivos para sua mobilidade. Segundo a autora, dos quase mil italianos que entraram no estado de São Paulo entre 1870 e 1920, mais de um terço “deixou o estado, retornando ao país de origem ou indo para outro país imigratório, normalmente a Argentina” (ALVIM, 1986, p. 124). É certo que existem narrativas edulcoradas de imigrantes que se tornaram exemplares cidadãos nacionais, as quais omitem a exploração, os conflitos, as fugas, mas a historiografia da imigração não dependeu da chamada história transnacional para superar essas visões.

O estudo sobre a imigração palestina para o extremo sul do Brasil, da antropóloga Denise Jardim, do ano 2000, sem deixar de tematizar a questão nacional no início da tese, analisa as viagens familiares de palestinos, com destaque para a dos jovens, nascidos no Brasil, que visitam a terra dos pais: “Saliento a viagem como uma iniciação dos jovens, de forma proporcionada e planejada pela família. Uma experiência que resulta na redescoberta e recriação da pertinência do tema da origem comum” (JARDIM, 2000, p. 284). Jardim traz à cena uma dada noção de “transnacionalismo”, com sentido de trânsito internacional de sujeitos (JARDIM, 2000, p. 288), para diferenciá-la da “diáspora”, na qual o indivíduo teria vínculos maiores com a família, promotora da identidade familiar e étnica através da afirmação da *origem*:

É importante perceber a centralidade da *família* como uma motivação, mas também o quanto ela é ordenadora de experiências de *viagem*. Assim, ela não só viabiliza o trânsito internacional em seu sentido instrumental, mas também é ordenadora da experiência dos sujeitos – nas motivações e na produção da viagem como um momento de iniciação no tema da *origem*. Aí, talvez, a principal diferença entre um transnacionalismo e as experiências relativas a diásporas para este estudo (JARDIM, 2000, p. 289).

Dentro dos estudos migratórios, o termo “transnacional” tem sofrido uma popularização até tal ponto que uma tendência atual é falar em “migrações transnacionais” sem nenhuma diferenciação aparente com relação ao que há vinte anos teriam sido

consideradas “migrações internacionais”. Onde efetivamente vemos um valor explanatório no rótulo “transnacional” é nos estudos de migrações mais recentes, com as diferenças empíricas em relação às migrações mais antigas quanto à tecnologia de comunicação e transporte, entre outros. Nesse âmbito, cabe menção à expressão “movimentos transnacionais” de Stanley J. Tambiah (2000, p. 163), que se refere a três fluxos: o de pessoas através de migrações transnacionais, o de capital no contexto de capitalismo multinacional e o fluxo da informação sobre longas distâncias. Em sintonia com a afirmação de Dirk Hoerder (acima), o autor reconhece que esses fenômenos não são novos na história. Entretanto, nas últimas décadas, esses três fluxos, dinamicamente entrelaçados, intensificaram a diversidade sociocultural das chamadas sociedades plurais. Em seu livro sobre etnicidade, Fenton (2003, p. 146) destaca a presença de trabalhadores e refugiados naquilo que ele denomina “revolução transnacional” da migração, que está “tornando-se mais global e envolvendo mais países como sociedades receptoras e emissoras”. O crescimento da migração transnacional acarreta o aumento das “comunidades transnacionais”.

Em seu trabalho sobre migrantes bolivianos na Argentina, María Eugenia Brockman Dannenmaier propõe estudar os “vínculos múltiplos, econômicos, culturais, sociais e políticos” que os migrantes mantêm com a Bolívia e os efeitos da experiência migratória nos seus conceitos de pertencimento local e nacional (BROCKMAN DANNENMAIER, p. 140-141). Entender melhor a particularidade desses vínculos – combinado com o fato da mobilidade dos migrantes que transitam entre os dois países com certa frequência e facilidade – leva Brockman Dannenmaier à conclusão de que nem as formas de identificação nacional boliviana e argentina nem os regimes jurídicos nacionais dos dois países são suficientes para explicar as articulações de pertencimento (ou não pertencimento) expressas pelos migrantes.

À guisa de síntese

A proposta de uma nova designação para um campo historiográfico (comparado, conectado, transnacional) nunca é tão revolucionária que não encontre precedentes em pesquisas consistentes realizadas em décadas passadas nem tão superficial que apenas designe uma nova etiquetagem para práticas historiográficas já existentes. A nomenclatura é um ato de reconhecimento do acúmulo de pesquisas com determinado formato, independente do fato de haver precursores. E quais as características dessas novas práticas? A recusa do eurocentrismo, ainda que enfaticamente presente, parece-nos a menos significativa, porque não podemos esquecer que Febvre declarava, nos anos 1940, que o nascimento da civilização ocidental, mesmo tendo se feito contra a civilização oriental, estava impregnado de elementos dessa: “E Veneza? Toda sua vida não é uma oriental, transportada para o fundo do Adriático? O mundo muçulmano e o mundo italiano não realizam ali uma espécie de acordo estranho, feérico, espontâneo, onde as forças góticas desposam sem esforços as forças mouriscas” (FEBVRE, 2004, p. 165). A recusa também do “nacionalismo metodológico” (qualquer método que naturaliza o estado-nação como unidade), que se situa à base dos estudos transnacionais da imigração, embora bem-vinda como alerta, lembra a advertência de Hobsbawm de que um historiador sério das nações não pode ele mesmo ser nacionalista (HOBSBAWM, 1990, p. 21).

O acúmulo de conhecimentos sobre vários lugares do mundo, realizados, muitas vezes, por pesquisadores dessas mesmas nações e regiões, e a facilidade para divulgar tais estudos certamente são fatores que favoreceram práticas que foram “batizadas” com nomes que enfatizam sua novidade. No seu conjunto, essas intervenções metodológicas todas nascem da importância (e do desafio) permanente de escrever e pensar usando modelos relacionais, de desnaturalizar e contextualizar as categorias de análise histórica, e, sob esse ponto de vista, essa é a contribuição necessária das novas gerações de historiadores e cientistas sociais. Também cabe ressaltar que, como sugere a pesquisa de Schulze e

Fischer sobre a relação entre historiografia brasileira e “história global”, às vezes uma leitura atenta de outras historiografias nacionais pode revelar que abordagens consideradas inovadoras dentro de uma tradição historiográfica já estavam presentes em outras. Assim os autores argumentam que, mesmo que a historiografia brasileira não se tenha engajado de modo intenso na “história global”, algumas teorias do pensamento social brasileiro são potencialmente relevantes para os historiadores globais (SCHULZE; FISCHER, 2018, p. 1-11).

Pelos casos comentados neste artigo, vê-se que o estudo sobre migrações está presente em diferentes modos de fazer história que se afirmaram nas últimas décadas: existem abordagens *comparadas* sobre determinados aspectos da vida de imigrantes em regiões diferentes e estudos sobre um grupo imigrante em diferentes momentos de sua trajetória histórica; menos frequentes nos estudos migratórios, as propostas de histórias *conectadas* têm uma fecundidade que pode ser desenvolvida nesse campo; por fim, a ótica *transnacional* está, desde sua origem, vinculada ao processo migratório e, sem significar a negação dos numerosos estudos das migrações *internacionais*, o enfoque transnacional propõe descrever fenômenos sociais que transcendem os enunciados nacionais.

Referências

- ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente! Os Italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BAILEY, Samuel L. *Immigrants in the Land of Promise: Italians in Buenos Aires and New York City*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- BALLINGER, Pamela. A Sea of Difference, a History of Gaps: Migrations between Italy and Albania, 1939-1992. *Comparative Studies in Society and History*. v. 60, 1. jan. 2018, p. 90-118.
- BARROS, José D'Assunção. Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 25, p. 141-173, jul. 2007.

- BOUCHERON, Patrick. O entreter do mundo. In: BOUCHERON, P.; DELALANDE, N. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BROCKMAN DANNENMAIER, María Eugenia. (Re)turning Home: Narratives of Bolivian Transnational Migrants. KRAAY, Hendrick (org.). *Negotiating Identities in Modern Latin America*. Calgary: Univeristy of Calgary Press, 2007.
- DEVOTO, Fernando J. As migracións italianas e españolas a Arxentina no marco das migracións europeas transatlánticas. *Estudos migratórios: revista galega de análise das migracións*, v. 1, n. 1, 2008, p. 11-48. Disponível em: <<http://consellodacultura.gal/mediateca/documento.php?id=1575>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- FEBVRE, Lucien. *A Europa: Gênese de uma civilização*. Bauru: Edusc, 2004.
- FENTON, Steve. *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- HEINZ, Flávio M. (org.). *Experiências Nacionais, Temas Transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOERDER, Dirk. *Cultures in Contact: World Migrations in the Second Milenium*. Durham: Duke University Press, 2002.
- JARDIM, Denise F. *Palestinos no extremo Sul do Brasil: identidade étnica e os Mecanismos Sociais de produção da etnicidade*. Chui/RS. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUCRJ, 2006.
- LESSER, Jeffrey; REIN, Raanan. Challenging Particularity: Jews as a lens on Latin American Ethnicity. *Latin American and Carribbean Ethnic Studies*, v. 1, n. 2, p. 249-263, set. 2006.
- LEVITT, Peggy; DEWIND, Josh; VERTOVEC, Seven. International Perspectives on Transnational Migration: An Introduction. *The International Migration Review*, v. 37, n. 3, p. 565-575, outono 2003.

- LUCHESE, Terciane Ângela; GOMES, Maysa. Notícias de escolas e associações étnicas italianas na imprensa de Caxias do Sul/RS e Juiz de Fora/MG (1880-1914) *Revista de História Comparada*, v. 10, n. 1, jun. 2016.
- MANNING, Patrick. *Navigating World History: a guide for researchers and teachers*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- MAZUREK, Jerry. *A Polônia e seus emigrados na América Latina* (até 1939). Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.
- MIMESSE, Eliane; MASCHIO, Elaine. Imigrantes Italianos nas Províncias de São Paulo e Paraná: diferenças e semelhanças no desenvolvimento dos núcleos coloniais. *Revista de História Comparada*, v. 2, n. 1, jun. 2008.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. Emigración transoceánica de retorno e cambio social na Península Ibérica: algunas observacións teóricas en perspectiva comparada. *Estudios Migratorios*, n. 11-12, p. 13-52, 2001.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. América Latina. Historia comparada, historias conectadas, historia transnacional. *Anuario de la Escuela de Historia*, Universidad Nacional de Rosario, n. 24, 2012.
- ROGOZEN-SOLTAR, Mikaela. "We Suffered in our bones just like them": Comparing Migrations at the Margins of Europe. *Comparative Studies in Society and History*, v. 58, issue 4, p. 880-907, oct. 2016.
- SANTOS JR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, v. 23, n. 3, set./dez. 2017.
- SCHMIDT, Peer. Da história universal à história mundial. GERTZ, René; CORREA, Sílvio Marcus de S. (orgs.). *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF Editora, 2007.
- SCHULZE, Frederik; FISCHER, Georg. Brazilian History as Global History. *Bulletin of Latin American Research* (Forthcoming, 2018). Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/blar.12781>>.
- SECRETO, Maria Verónica. Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 83-99, 2014.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

- SEWELL JR., William. Marc Bloch and the Logic of Comparative History. *History and Theory*, v. 6, n. 2, p. 208-218, 1967.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXV, n. 2, p. 147-174, dez. 1999.
- STRAYER, Robert W.; HIRSCHMANN, Edwin; MARKS, Robert; SMITH, Robert J.; HORN, James J.; PARSONS, Lynn H. *The Making of the Modern World: Connected Histories, Divergent Paths* (1500 to the Present). New York: St. Martin's Press, 1989.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800 (jul., 1997), p. 735-762.
- TAMBIAH, Stanley J. Transnational Movements, Diaspora, and Multiple Modernities. *Daedalus*, v. 129, n. 1, p. 163-194, winter 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20027619>>.
- THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*, v. 1, n. 1, p. 1-23, jun. 2007.
- TRUZZI, Oswaldo M. S. Notas acerca do uso do Método Comparativo no campo dos Estudos Migratórios. DEMARTINI, Zeila de B.; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). *Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- VÁZQUEZ GONZÁLEZ, Alexandre. Introducción. *Estudios migratorios: revista galega de análise das migracións*, v. 1, n. 1, 2008. p 7-9. Disponível em: <<http://consellodacultura.gal/mediateca/documento.php?id=1575>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés trans-nacional. *Revista Eletrônica da Anphlac*, n. 14, p. 9-36, 2013.
- WERNER, Michael; ZIMMERMAN, Bénédicte. Beyond Comparison: "Histoire Croisée" and the Challenge of Reflexivity. *History and Theory*, v. 45, n. 1, p. 30-50, fev. 2006.
- WIMMER, Andreas; GLICK SCHILLER, Nina. Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology. *The International Migration Review*, v. 37, n. 3, p. 576-610, out. 2003.

Fontes

COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY. About CSSH. Disponível em: <<http://cssh.lsa.umich.edu/about-cssh-2/>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

ESTUDOS MIGRATÓRIOS. Consello da Cultura Galega. 1995-2003. Disponível em: <<http://consellodacultura.gal/mediateca/documento.php?id=1575>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ESTUDOS MIGRATÓRIOS: revista galega de análise das migracións. Consello da Cultura Galega. 2008-2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=19957>>. Acesso em 04 mar. 2018.

IV WORKSHOP ARGENTINO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA COMPARADA. Disponível em: <<http://ivwab2018.weebly.com>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Programa de Pós-Graduação em História Comparada*. Disponível em: <<http://www.ppghc.historia.ufrj.br>>. Acesso em: 1º mar. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Revista de História Comparada*. Disponível em: <<http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm>>. Acesso em: 1º mar. 2018.

mir
Vitt

se à
orta
lên-
ivos
on-
em
tra
ssa

te
se
to
o-
a-
n
l,
r-
á
o
-